

# Censo comprova evasão nas escolas particulares

Educação  
JORNAL DO BRASIL

- 6 FEV 1997

MARCIÁ GOMES

BRASÍLIA — O resultado do censo educacional realizado no ano passado pelo Ministério da Educação comprovou que os pais estão tirando os filhos das escolas particulares. Esta tendência foi observada no ensino pré-escolar, com uma redução de 7% no número de matrículas em relação a 1995. Da 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, a queda foi de 0,9%.

A pesquisa revelou que houve um crescimento do número de alunos matriculados no ensino médio. O ministério pesquisou 280 mil escolas. Oitocentos colégios não responderam ao questionário — 397 deles são do Rio de Janeiro, o que prejudicou a estatística no estado.

A secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae/I-nep) do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, explicou que a queda das matrículas nas pré-escolas aconteceu por causa da extinção das classes de alfabetização no Nordeste do país, onde estão 50% dos alunos nesse nível escolar.

Foi o que aconteceu no Ceará, que apresentou uma redução de 16,2% no número de crianças matriculadas nos estabelecimentos pré-escolares. A maior queda porém, foi registrada em Rondônia (10,8%).

"No Ceará, a queda é positiva", analisa Maria Helena Guimarães de Castro. "As classes de alfabetização reprovavam os alunos até duas vezes. Isso retardava o ingresso no ensino fundamental. O caso de Rondônia precisa ser investigado."

A redução do número de matrículas na rede particular e o aumento na rede pública se repetem desde 1980. Na década de 70, 16,8% dos alunos eram matriculados nas es-

colas particulares. Nos anos 80, a taxa caiu para 12,8%. Em 1991, desceu um pouco mais: 12,4%. Em 1994, caiu para 11,6% e, em 1996, chegou a 11,5%.

"A tendência é que apenas 10% dos alunos continuem matriculados nas escolas privadas", disse Maria Helena Guimarães de Castro.

Os números de alunos matriculados nas escolas públicas, ao contrário, cresceram nos últimos anos. Em 1979, 86,4% dos alunos do país estavam matriculados na rede pública de ensino. Em 1980 a taxa caiu para 87,2%. Em 1991 voltou a subir: 87,6%. Em 1994 chegou a 88,4% e, em 1996, a 88,7%.

A pesquisa revelou que houve um crescimento de 13,4% das matrículas no ensino médio em 1996, o que, segundo Maria Helena Guimarães de Castro, revela um novo quadro escolar no país com uma melhora no desempenho dos alunos do ensino fundamental.

"Houve um crescimento acelerado do ensino fundamental em 70 e 80. Um boom nas matrículas pré-escolares em 80 e um crescimento do ensino médio em 90", disse.

A metade das 5.739 matrículas do ensino médio está na região Sudeste. São Paulo fica com 30% delas. Maria Helena Guimarães de Castro afirmou que o estado tem total acesso dos alunos de 7 a 14 anos no ensino fundamental e é o que apresenta os melhores indicadores escolares, registrando a menor taxa de repetência do país: 17%. De cada 100 alunos que ingressam na 1<sup>a</sup> série do ensino fundamental em São Paulo, 70% concluem a 8<sup>a</sup> série. No Nordeste a taxa média é de 42%.

## Os números da pesquisa no Rio de Janeiro\*

Ensino	Total	1995	1996	Variação (%)
<b>■ Pré-escolar</b>				
Total	470.261	451.161		-4,1
Federal	577	447		-22,5
Estadual	104.186	83.336		-20,0
Municipal	207.694	238.295		14,7
Particular	157.804	129.083		-18,2
<b>■ Fundamental</b>				
Total	2.232.937	2.164.672		-3,1
Federal	10.090	10.568		4,7
Estadual	663.570	609.344		-8,2
Municipal	1.066.800	1.096.822		2,8
Particular	492.477	447.938		-9,0
<b>■ Médio</b>				
Total	435.371	437.841		0,6
Federal	13.912	14.366		3,3
Estadual	245.118	258.923		5,6
Municipal	22.870	22.995		0,5
Particular	153.471	141.557		-7,8

\* Matrículas no ensino pré-escolar, fundamental e médio, por dependência administrativa — Rio de Janeiro, 1995-96

No Rio de Janeiro houve uma queda de 4,1% das matrículas no ensino pré-escolar. No ensino fundamental ela foi de 3,1%. Houve um aumento de apenas 0,6% no ensino médio. Os dados estão comprometidos pela ausência de informação das 397 escolas particulares.

A secretaria do Sediae, Maria Helena Guimarães de Castro vai propor ao ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, que estas escolas sejam obrigadas a pagar a contribuição do salário-educação. As escolas particulares são isentas

porque foram cadastradas como entidades filantrópicas no Ministério da Educação.

O censo escolar também registrou uma distorção na região Nordeste. A rede municipal de ensino participa do ensino médio, o que pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Base é uma atribuição exclusiva dos governos dos estados. Esta distorção, segundo Maria Helena Guimarães de Castro, desvia as atenções dos municípios da pré-escola e da parcela do ensino fundamental que divide com o estado.